

HORTUS COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 09.000.493/0002-15

Ministério da Administração

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)				
ATIVO	Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.322	11.351	48.554
Títulos e valores mobiliários	5	34.993	4.132	35.856
Contas a receber	6	770	1.684	14.882
Estoque	7	7.004	7.925	106.097
Tributos a recuperar	8	2.203	3.090	20.809
Outros ativos circulantes	10	6.563	1.363	8.785
		56.854	29.545	275.951
Ativos não circulantes mantidos para venda	3.1	-	1.709	191.432
		56.854	31.254	275.951
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários	5	30.034	9.295	30.413
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	11.191
Partes relacionadas	9	244.736	277.871	-
Depósitos judiciais	23	331	233	1.725
Tributos a recuperar	8	261	253	6.952
Outros ativos não circulantes	10	11.272	8.075	11.401
Investimentos	11	59.621	28.559	8.277
Imobilizado	12	9.041	10.134	152.849
Intangível	13	15.594	14.028	19.467
Direito de uso de ativos	14	27.856	28.403	265.179
		380.746	376.851	499.177
		446.600	408.105	555.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)					
Capital social	Reserva de capital	Plano de opção de ações	Patrimônio líquido		Total do patrimônio líquido
			Prejuízos acumulados	Participação de não controladores	
Saldo em 1º de janeiro de 2021	54.750	(7.981)	-	(162.894)	(166.125)
Pagamentos baseados em ações	-	-	101	-	101
Prejuízo do exercício	-	-	(773)	(773)	(1.546)
Perda por variação na participação societária (Nota 11)	54.750	-	(307)	(307)	101
Saldo em 31 de dezembro de 2021	109.500	(7.981)	101	(163.873)	(61.143)
Aumento de capital	88.828	11.172	-	100.000	139.999
Prejuízo do exercício	-	-	(2)	(66.168)	(66.170)
Prejuízo do exercício	-	-	(9)	(66.168)	(66.177)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	198.328	3.191	99	(130.043)	(28.515)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)				
...	Original-mente apresen-tados	Controladora	Original-mente apresen-tados	Consolidado

1. Contexto operacional: A Hortus Comércio de Alimentos S.A. e suas controladas ("Companhia" ou "Hortus" ou "Grupo"), teve sua primeira loja inaugurada em novembro de 2021, após predominantemente no segmento de comércio varejista de alimentos, sendo composto por 28 lojas físicas, sob as marcas "St Marche" em 31 de dezembro de 2022 (2021 em 2021) e 2 lojas sob a marca "Empório Santa Maria" (2 em 2021) além de um Centro de Distribuição na cidade de Jandira - SP. A Hortus é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (CNPJ: 26.290.061/0001-24), fundo de investimento em participações gerido pelo L Carterton, empresa de gestão de *private equity* com foco em bens de consumo e serviços diretos ao consumidor. **1.1. Estrutura de capital e capital circulante líquido:** Como investidor em demonstrações financeiras, a Companhia apresentou um prejuízo líquido no exercício de R\$ 66.168 e R\$ 773 nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, ocasionado principalmente pelo aumento da taxa de juros, além de ter apresentado prejuízo acumulado de R\$ 276.911 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 210.743 em 31 de dezembro de 2021) e uma posição de patrimônio líquido negativo de R\$ 130.043 na Controladora e no Consolidado (R\$ 163.036 em 31 de dezembro de 2021). Em 15 de abril de 2022 a Companhia emitiu e debentures no valor total de R\$200.000 com carência de 3 anos para início das amortizações e prazo de 5 anos para liquidação final, essa emissão melhorou o perfil do endividamento da Companhia. Para melhorar a posição financeira da Companhia e suportar o plano de crescimento de longo prazo, em 12 de julho de 2022 a Companhia recebeu um aporte de R\$ 100.000, da sua acionista STM Participações, conforme descrito na Nota 23. Durante o exercício a Companhia iniciou um processo de reestruturação organizacional com o intuito de adequar sua estrutura administrativa com uma reestruturação do organograma de departamentos administrativos e redução do espaço físico de sua sede administrativa. Essas ações foram de readequação do perfil da dívida, aporte de capital e reestruturação organizacional permitiu que a Companhia melhorasse a posição de capital circulante líquido negativo em R\$ 97.482, de R\$ 155.369 em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 57.887 em 31 de dezembro de 2022. Nesse contexto a Companhia teve uma melhora significativa em sua liquidez em comparação com 31 de dezembro de 2021. O fortalecimento da situação financeira permitirá que a Companhia mantenha o processo de abertura de novas lojas, sendo que no exercício de 2022 foram inauguradas 5 (cinco) lojas (4 lojas em 31 de dezembro de 2021). Os acionistas Controladores mantêm o compromisso com o sucesso da Companhia e apoiando a Administração com a execução da estratégia da Companhia de maximizar a utilização de seus ativos, sem renunciar à estrita disciplina financeira, visando o aumento de eficiência operacional e a geração de fluxo de caixa. A Administração também avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações, de acordo com os vencimentos contratados. Tal avaliação baseia-se no plano de negócios da Companhia, que por sua vez inclui ações futuras planejadas, abertura de novas lojas, pressmas macroeconômicas. Com base nessa conclusão essas demonstrações financeiras foram elaboradas baseadas no princípio de continuidade operacional. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no real ("R") como modo funcional e de apresentação, a título expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira. As divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que diferem de aqueles que seriam o valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua. A Administração, ao elaborar estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, utilizou os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade das informações das operações da Companhia e seus usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e (iv) informações provenientes de outras entidades participantes do mercado de varejo alimentício. A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos; • Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A aprovação e autorização para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20 de março de 2023.

3. Resumo das principais práticas contábeis: As principais políticas contábeis usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas abaixo e nas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios. **3.1. Bases de consolidação e investimentos em controladas e coligadas:** As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, além da controladora Hortus Comércio de Alimentos S.A., incluem as demonstrações financeiras das entidades controladas relacionadas abaixo, cujos exercícios sociais são coincidentes em todas as empresas do Grupo e com práticas contábeis uniformes, visto abaixo a relação das entidades pertencentes ao Grupo:

Empresas controladas:	Participação	Atividade principal	% de participação	
			2022	2021
Sanctus Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100
Astrum Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100
Fides Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100
Via Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100
Fortis Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100
Alimentum ESM Restaurante Ltda.	Direta	Restaurante	100	100
Virtus Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100
Cresco Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100
Orbis Distribuição de Alimentos Ltda.	Direta	Centro de distribuição	100	100
Brandco Administração e Licenciamento de Marcas Ltda.	Indireta	Licenciamento de marcas	100	100

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas nas quais a Companhia detinha o controle de forma direta ou indireta. O controle de uma controlada é obtido quando a Companhia está exposta aos riscos ou detém os direitos sobre retornos variáveis em tais controladas e possui poder de influenciar em decisões operacionais e financeiras da investida. As informações financeiras das controladas foram preparadas adotando-se as mesmas práticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos de partes relacionadas, patrimônio, receitas, despesas e fluxos de caixa referentes a transações entre as partes relacionadas são eliminados integralmente no processo de consolidação. Até 30 de novembro de 2021 a Hortus também possuía participação acionária de 30,4%, de uma loja do Eatly (Eatly Brasil Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda.), a qual não está incluída nas referidas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que esse investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e representada apenas pelo saldo de provisão para perda com investimentos demonstrado na Nota 11. O controlador do Eatly Brasil Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda é o Eatly USA LLC. Em dezembro de 2021, com o objetivo de aumentar o foco em negócios mais estratégicos foi aprovado pelo Conselho de Administração a alienação da participação exercida na coligada Eatly, dessa forma o investimento foi reclassificado para ativo disponível para venda e deixou de ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial, passando a ser mensurado pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídas as financeiras e os tributos sobre o lucro. Em 30 de outubro de 2022, foi concluída a operação de alienação da participação societária de 30,4%, que a Companhia, possuía na Empresa Eatly. **3.2. Representação dos valores correspondentes:** A Administração da Companhia está representando os valores correspondentes do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 e da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquele data em função da reclassificação dos saldos e transações de operações de risco sacado anteriormente apresentados na linha de fornecedores. A reclassificação tem como objetivo refletir de forma ainda mais transparente a natureza das operações de cessão de créditos da Companhia e trazer maior clareza aos usuários das demonstrações financeiras acerca dos efeitos de tais operações no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com a NBC TG 23 (R) - Políticas Contábeis, Mudança de Retificação de Erro /IAS B - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors e produzem os seguintes impactos no balanço patrimonial e demonstração dos fluxos de caixa em relação aos valores anteriormente apresentados:

Original-mente apresen-tados	Ajuste-sentados	Reapre-sentados	Consolidado	
			2022	2021
Balanco patrimonial				
Fornecedores	70.537	(3.454)	67.083	(50.025)
Risco sacado	-	3.454	3.454	-
Demonstrações dos fluxos de caixa				
Fornecedores	12.066	(382)	11.684	27.527

Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades operacionais (37.427) (382) (37.809) 39.805 (15.904) 23.901

Original-mente apresen-tados	Ajuste-sentados	Reapre-sentados	Consolidado	
			2022	2021
Balanco patrimonial				
Fornecedores	70.537	(3.454)	67.083	(50.025)
Risco sacado	-	3.454	3.454	-
Demonstrações dos fluxos de caixa				
Fornecedores	12.066	(382)	11.684	27.527

Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades operacionais (37.427) (382) (37.809) 39.805 (15.904) 23.901

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://gazetaspappo.com.br/> e o referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 29 de março de 2023, sem modificações.

Demonstrações dos resultados				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	2021
Receita operacional líquida	26	75.377	91.329	953.870
Custo das mercadorias vendidas	27	(38.554)	(46.167)	(615.263)
Lucro bruto		36.823	45.162	338.607
Despesas operacionais				
Despesas administrativas	27	(11.124)	(23.650)	(234.809)
Despesas administrativas	27	(6.070)	(6.739)	(56.683)
Outras receitas operacionais, líquidas	28	(5.740)	15.015	(3.949)
Equivalência patrimonial	11	(32.442)	(11.162)	-
Prejuízo (lucro) antes do resultado financeiro	11	(18.553)	(18.626)	(43.166)
Resultado financeiro	29	7.449	1.444	9.807
Despesa financeira	29	(5.054)	(20.843)	(117.916)
Prejuízo líquido	29	(47.615)	(119.399)	(108.109)
Prejuízo líquido antes do resultado social				
Imposto de renda e contribuição social - diferido	22	-	-	(1.286)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22	-	-	61
Prejuízo do exercício				
Atribuíveis aos:				
Acionistas controladores				
Acionistas não controladores				
Prejuízo líquido antes do resultado social				
Prejuízo líquido por ação (expresso em Reais)	25	-	-	(0,9081)
Prejuízo diluído por ação (expresso em Reais)	25	-	-	(0,9081)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo do exercício	(66.168)	(773)	(66.168)	(733)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(66.168)	(773)	(66.168)	(733)
Atribuíveis aos:				
Acionistas controladores	(66.168)	(773)	(66.168)	(733)
Acionistas não controladores	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

meta e comprar o vendor o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de sua desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros do Grupo não são mensurados incluindo contas a receber de clientes, outros ativos circulantes e não circulantes, partes relacionadas. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado com um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem integralmente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sob contrato significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo não transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, outros passivos circulantes e não circulantes, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, e instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros ao custo amortizado (fornecedores e empréstimos e financiamentos). Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contrários e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desajuste no preço na aquisição e a taxa ou taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos e debentures concedidos e contrólados, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação ou o passivo é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, há troca ou modificação e é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável e compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.13. Instrumentos financeiros derivativos: Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros, respectivamente. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem os passivos líquidos em relação a cada um de um contrato de derivativo e celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao custo líquido. Derivativos são registrados como ativos financeiros ao valor justo e positivo e como passivos financeiros ao valor justo e negativo. O Grupo não adota a utilização de *hedge* em 31 de dezembro de 2022. **3.14. Ativos mantidos para venda:** Os ativos mantidos para venda foram classificados, seguindo o pronunciamento técnico CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada/IFRS 5 - *Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations*. A Administração da Companhia mantém o compromisso firme de que a venda desses ativos é altamente provável nos próximos 12 meses e atende ao estabelecido pelo pronunciamento técnico CPC 31/IFRS 5 para que estes sejam classificados como ativos mantidos para venda. Os ativos mantidos para venda são mantidos em grupos para alienação) são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda e classificado na demonstração do resultado separadamente na linha "lucro líquido proveniente de ativos mantidos para venda". **3.15. Bonificação de fornecedores:** As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados. Compreendem o custo por volume de compras, logística e negociações pontuais para reposição de margem, reembolso de despesas, entre outros, e são registradas como redutores dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contábilmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo liquidez variável, desde que os critérios de reconhecimento sejam atendidos. O prazo de reconhecimento dos custos das mercadorias vendidas ou de despesas com vendas. **3.16. Arrendamentos: A Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor conforme definido pelo CPC 06/R2/IFRS 16. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida do Direito de Uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser determinada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia. O prazo de arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo do arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento. Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período. Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são reconhecidos. A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atuam como arrendatária. **3.17. Receita de venda de bens:** As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis, o que ocorre substancialmente na entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de performance da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. A receita operacional, líquida compreende exclusivamente as vendas realizadas por meio das lojas do Grupo. As receitas são provenientes basicamente das vendas de produtos de varejo. Portanto, a receita da venda dos produtos no comércio varejista, diretamente ao consumidor final, é reconhecida no momento em que o produto é utilizado na mensuração corresponde ao prazo do arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento. Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período. Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são reconhecidos. A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atuam como arrendatária. **3.17. Receita de venda de bens:** As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis, o que ocorre substancialmente na entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de performance da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. A receita operacional, líquida compreende exclusivamente as vendas realizadas por meio das lojas do Grupo. As receitas são provenientes basicamente das vendas de produtos de varejo. Portanto, a receita da venda dos produtos no comércio varejista, diretamente ao consumidor final, é reconhecida no momento em que o produto é utilizado na mensuração corresponde ao prazo do arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento. Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período. Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são reconhecidos. A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atuam como arrendatária. **3.17. Receita de venda de bens:** As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis, o que ocorre substancialmente na entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de performance da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. A receita operacional, líquida compreende exclusivamente as vendas realizadas por meio das lojas do Grupo. As receitas são provenientes basicamente das vendas de produtos de varejo. Portanto, a receita da venda dos produtos no comércio varejista, diretamente ao consumidor final, é reconhecida no momento em que o produto é utilizado na mensuração corresponde ao prazo do arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento. Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período. Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são reconhecidos. A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atuam como arrendatária. **3.17. Receita de venda de bens:** As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos

adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • Q que significa um direito de postergar a liquidação; • Q que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Q que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Q que somente se um derivativo embuído em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e a correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após, o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Caixa	58	66
Bancos	274	1.624
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4.990	9.661
Não há restrições sobre a capacidade de recuperar ou usar os ativos superamortizados. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário (CDB) remunerados à taxa que variam de 81% a 104% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (98% a 95% em 2021).	5.322	11.351

5. Títulos e valores mobiliários

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	51.368	10.234
Grupos de fundos de investimento	2.359	3.193
Letras financeiras	11.300	11.300
Circulante	65.027	13.427
Não circulante	34.993	4.132
Total	100.020	17.559

Os títulos e valores mobiliários referem-se a aplicações utilizando como garantias vinculadas a empréstimos e debentures, com vencimentos superiores a 90 dias da data da contratação.

9. Transações com partes relacionadas: As transações entre partes relacionadas compreendem principalmente operações comerciais de compra e venda de mercadorias, reconhecidas no balanço no contas a receber, transações financeiras, reconhecidas no balanço em partes relacionadas e compartilhamento de despesas administrativas reconhecidas no balanço em partes a pagar ou a receber. As transações com partes relacionadas são efetuadas de acordo com os preços específicos pactuado entre as partes. Transações nos balanços patrimoniais: Os saldos a pagar e a receber com partes relacionadas registrados no balanço são os seguintes:

	2022	2021
Contas a receber (Nota 6)	1.061	839
Outros ativos não circulantes	1.254	1.05
Total	2.315	894

	2022	2021
Alimentum ESM Restaurante Ltda	760	219
Cresco Comércio de Alimentos Ltda	166	81
Virtus Comércio de Alimentos Ltda	237	180
Sanctus Comércio de Alimentos Ltda	24	27
Astrum Comércio de Alimentos Ltda	14	107
Fides Comércio de Alimentos Ltda	63	56
Via Comércio de Alimentos Ltda	9	1
Fortis Comércio de Alimentos Ltda	288	1
Órbit Distribuidora de Alimentos Ltda	56.170	56.475
Outras Partes Relacionadas	-	-
Estaly Brasil	-	1.254
Pessoas Físicas	2	6
Total	73.727	57.106

	2022	2021
Contas a receber (Nota 6)	15	48
Outros ativos não circulantes	105	1.254
Total	120	1.302

Transações nas demonstrações dos resultados

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Receita operacional líquida	1.061	839
Despesas administrativas	676	644
Receita de rateio de despesas administrativas (b)	24.615	20.826
Alimentum ESM Restaurante Ltda	15.506	17.298
Cresco Comércio de Alimentos Ltda	2.826	3.279
Virtus Comércio de Alimentos Ltda	2.330	2.834
Sanctus Comércio de Alimentos Ltda	3.188	3.088
Astrum Comércio de Alimentos Ltda	2.221	2.551
Fides Comércio de Alimentos Ltda	6.286	4.166
Via Comércio de Alimentos Ltda	15.979	17.696
Fortis Comércio de Alimentos Ltda	-	-
Órbit Distribuidora de Alimentos Ltda	-	-
Estaly Brasil	-	-
Total	73.627	72.382

(a) Refere-se a vendas de mercadorias para empresas do Grupo. (b) Refere-se a receita da Controladora referente ao rateio das despesas corporativas e das estruturas de back-office.

Remuneração dos Administradores: O Grupo considera como "profissionais chaves da administração", os integrantes da sua Administração, que são estatutários e os membros do comitê de governança.

11. Investimentos e provisão para perda com investimentos

	Alimentum	Cresco	Virtus	Sanctus	Astrum	Fides	Via	Fortis	Órbit	Estaly	Total
Em 01 de janeiro de 2021	449	76.282	109.901	117.638	115.689	16.071	116.749	33.961	111.246	6.509	725.769
Resultado da mudança de capital societária (ii)	(1)	(317)	(8)	-	-	-	-	(20)	(1)	-	(307)
Ganho de equivalência	(4.983)	11.534	(7.144)	1.283	112	(360)	627	(5.322)	(1.869)	(5.130)	(11.162)
Transferido para o grupo de ativo mantido para venda (i)	(4.445)	(65.065)	(117.053)	(16.353)	(15.576)	(6.431)	(116.119)	28.559	(13.116)	-	(225.599)
Aumento de capital	766	75.500	24.846	2.500	15.261	33.535	17.500	3.006	-	-	172.914
Resultado da equivalência	(2.645)	(9.376)	(8.974)	725	(672)	(5.387)	36	(10.745)	(1.012)	-	(21.772)
Em 31 de dezembro de 2022	(6.324)	6.668	(101.181)	(13.128)	(987)	21.717	1.417	20.819	(14.128)	-	(85.127)
Provisão para perda investimento	(4.445)	(65.065)	(117.053)	(16.353)	(15.576)	(6.431)	(116.119)	28.559	(13.116)	-	(225.599)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4.445)	(65.065)	(117.053)	(16.353)	(15.576)	(6.431)	(116.119)	28.559	(13.116)	-	(225.599)
Investimento	-	6.668	-	-	21.717	1.417	20.819	-	-	-	50.621
Provisão para perda investimento	(6.324)	-	(101.181)	(13.128)	(987)	-	-	(14.128)	-	-	(135.748)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(6.324)	6.668	(101.181)	(13.128)	(987)	21.717	1.417	20.819	(14.128)	-	(85.127)

(i) Conforme descrito na Nota 3.1 em dezembro de 2021 o investimento na coligada Estaly foi classificado pela Administração como mantido para venda.

(ii) Durante o exercício de 2021 a Companhia adquiriu a participação minoritária de todas as empresas controladas, passando a deter 100% de participação em todas as empresas.

12. Imobilizado: A movimentação sintética do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Beneficiária em Edificações em imóveis de terceiros	11.663	25.212
Beneficiária em Edificações em Equipamentos e móveis	42.056	501
Depreciação	(1.789)	(936)
Em 01 de janeiro de 2021	51.930	24.777
Adições	49.589	626
Baixas, líquidas	(35)	-
Depreciação	(1.850)	(1.748)
Em 31 de dezembro de 2022	99.634	23.654

O Grupo não possui bens dados em garantias em 31 de dezembro de 2022.

13. Intangível: A movimentação sintética dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Software	10.210	4.179
Adições	1.211	179
Amortização	(1.239)	(512)
Em 31 de dezembro de 2021	10.182	3.846
Adições	3.640	-
Amortização	(1.550)	(524)
Em 31 de dezembro de 2022	12.272	3.322

Beneficiária em Edificações em imóveis de terceiros

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Software	10.237	4.076
Adições	1.318	179
Amortização	(1.137)	(212)
Em 31 de dezembro de 2021	10.418	3.864
Adições	3.650	-
Amortização	(1.175)	(212)
Em 31 de dezembro de 2022	12.943	3.652

14. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento: A Companhia é arrendatária em contratos de arrendamento de lojas, centro de distribuição. As cláusulas dos contratos mencionados, no que diz respeito a renovação, reajuste e opção de compra, são contratadas conforme práticas de mercado. Direito de uso de ativos: A movimentação dos saldos do direito de uso de ativos está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro	41.400	35.012
Ajuste por renursamentação	5.274	6.388
Novos contratos	-	-
Cancelamento de contratos	-	-
Saldo em 31 de dezembro	46.674	41.400

Beneficiária em Edificações em Imóveis de Equipamentos e móveis

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Software	10.237	4.076
Adições	1.318	179
Amortização	(1.137)	(212)
Em 31 de dezembro de 2021	10.418	3.864
Adições	3.650	-
Amortização	(1.175)	(212)
Em 31 de dezembro de 2022	12.943	3.652

Beneficiária em Edificações em Imóveis de Equipamentos e móveis

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Software	10.237	4.076
Adições	1.318	179
Amortização	(1.137)	(212)
Em 31 de dezembro de 2021	10.418	3.864
Adições	3.650	-
Amortização	(1.175)	(212)
Em 31 de dezembro de 2022	12.943	3.652

Beneficiária em Edificações em Imóveis de Equipamentos e móveis

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Software	10.237	4.076
Adições	1.318	179
Amortização	(1.137)	(212)
Em 31 de dezembro de 2021	10.418	3.864
Adições	3.650	-
Amortização	(1.175)	(212)
Em 31 de dezembro de 2022	12.943	3.652

HORTUS COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A. - CNPJ nº 09.000.493/0002-15

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

6. Contas a receber: Os valores relativos às contas a receber representam as operações de vendas de produtos e estão assim compostos:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Cartões de crédito	539	1.241
Cartão alimentação	80	49
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 9)	2	7
Outras contas a receber	174	413
(-) Perdas esperadas de crédito	(25)	(26)
Total	770	1.684

O risco de crédito da Companhia e de suas controladas é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartões de crédito.

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Saldo 1º de janeiro	(26)	(24)
Baixas (adições)	1	(2)
Total	(25)	(26)

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes era:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Vencimentos	727	1.682
De 1 a 30 dias	37	16
De 31 a 60 dias	2	-
De 61 a 90 dias	1	1
De 91 a 120 dias	1	1
De 121 a 150 dias	1	-
De 151 a 180 dias	1	-
Mais de 181 dias	4	307
Total	770	1.684

Operações de cartões de crédito: As operações com cartões de crédito são registradas li- quidadas das comissões pagas às respectivas administradoras.

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Marcação para revenda - em lojas	7.473	8.234
Marcação para revenda - no Centro de distribuição	-	-
Outros estoques	5	3
(-) Ajuste a valor presente	(76)	(72)
(-) Perdas com obsolescência e quebras	(398)	(240)
Total	7.004	7.925

A movimentação da provisão para perda dos estoques está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Saldo 1º de janeiro	(1240)	(1163)
(Adições)	(158)	(137)
Saldo em 31 de dezembro	(398)	(240)

8. Tributos a recuperar: O Grupo registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne elemento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo.

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
ICMS a recuperar (*)	639	1.895
PIS e COFINS a recuperar (**)	1.573	1.256
IRPJ a recuperar	107	-
INSS a recuperar	133	-
Outros tributos a recuperar	2.463	3.343
Total	2.602	3.050

(*) Os créditos de ICMS referem-se substancialmente a crédito gerando pela portaria do Estado de São Paulo CAT 42 e Crédito de CIAP extemporâneo, reconhecido durante o exercício de 2022.

(**) Refere-se a créditos extemporâneos e a decisão obtida pela Companhia e suas controladas transitado em julgado que reconheceu o seu direito de não incluir o ICMS na base de cálculo das referidas contribuições relativamente ao período até dezembro de 2014 e nos períodos de 2015 a 2017, registradas em setembro de 2021. A Companhia considerou na apuração dos seus créditos o ICMS destacado (ICMS das operações próprias) nas notas fiscais de vendas, de acordo com a melhor interpretação da administração e de seus assessores jurídicos.

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Saldo 1º de janeiro	(1240)	(1163)
(Adições)	(158)	(137)
Saldo em 31 de dezembro	(398)	(240)

9. Transações com partes relacionadas: As transações entre partes relacionadas compreendem principalmente operações comerciais de compra e venda de mercadorias, reconhecidas no balanço no contas a receber, transações financeiras, reconhecidas no balanço em partes relacionadas e compartilhamento de despesas administrativas reconhecidas no balanço em partes a pagar ou a receber. As transações com partes relacionadas são efetuadas de acordo com os preços específicos pactuado entre as partes. Transações nos balanços patrimoniais: Os saldos a pagar e a receber com partes relacionadas registrados no balanço são os seguintes:

	2022	2021
Contas a receber (Nota 6)	1.061	839
Outros ativos não circulantes	1.254	1.05
Total	2.315	894

	2022	2021
Alimentum ESM Restaurante Ltda	760	219
Cresco Comércio de Alimentos Ltda	166	81
Virtus Comércio de Alimentos Ltda	237	180
Sanctus Comércio de Alimentos Ltda	24	27
Astrum Comércio de Alimentos Ltda	14	107
Fides Comércio de Alimentos Ltda	63	56
Via Comércio de Alimentos Ltda	9	1
Fortis Comércio de Alimentos Ltda	288	1
Órbit Distribuidora de Alimentos Ltda	56.170	56.475
Outras Partes Relacionadas	-	-
Estaly Brasil	-	1.254
Pessoas Físicas	2	6
Total	73.727	57.106

	2022	2021
Contas a receber (Nota 6)	15	48
Outros ativos não circulantes	105	1.254
Total	120	1.302

selho de administração. A remuneração dos referidos profissionais, está composta por despesas que incluem salários, encargos sociais, pró-labore e bônus. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Remuneração variável	1.975	4.107
Remuneração fixa anual	5.695	5.240
Total	7.580	9.347

Os membros do Conselho de Administração não tiveram remuneração nos exercícios de 2022 e 2021.

10. Outros ativos

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Parceria comercial (*)	16.536	6.821
Outros (**)	1.299	1.363
Estaly Brasil (Nota 9)	-	1.254
Total	17.835	9.438

(*) Refere-se a contrato de acordo de cooperação de parceria comercial para venda de produtos da Companhia através da plataforma digital (App). (**) Refere-se a substancialmente a seguros e outros despesas pagas antecipadamente.

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Saldo 1º de janeiro	17.835	9.438
Adições	6.563	1.363
Cancelamento de		

HORTUS COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A. - CNPJ nº 09.000.493/0002-15

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2022, realizamos testes de sensibilidade para cenários adversos dos juros, apresentados a seguir, considerando o cenário esperado para a próxima divulgação de taxa de juros do CDI 13,69% a.a. (9,15% em 2021)), baseadas em projeções do mercado futuro B3.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Reversão (provisão) demandas judiciais	(464)	162	(868)	2.365
Ganho (perda) alienação de imobilizado	-	-	(22)	-
Valor justo de ativo disponível para venda (*)	(8.118)	13.348	(8.118)	13.348
Outras receitas	2.842	1.505	5.059	1.613
	(5.740)	15.015	(3.949)	17.326

(*) Conforme descrito na Nota 3.1 o investimento na coligada Eatly foi destinado a venda em novembro de 2021 e passou a ser mensurado pelo seu valor justo. O saldo se refere ao ganho (perda) na apuração do valor justo apurado da Coligada Eatly.

29. Resultado financeiro, líquido: As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo, receitas e despesas de juros, ganhos ou perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros e títulos e valores mobiliários. Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Rendimentos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras	7.109	610	8.626	957
Variação cambial ativa	340	424	1.181	2.156
Outras receitas financeiras	7.449	1.444	9.807	5.584

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Juros de empréstimos, financiamentos, derivativos e risco sacado	(47.956)	(15.197)	(65.693)	(33.089)
Juros sobre arrendamentos	(4.459)	(4.244)	(33.822)	(22.541)
Variação cambial passiva	(366)	(64)	(366)	-
Juros passivos	(460)	(352)	(4.437)	(3.752)
Ajuste a valor presente (AVP)	(542)	(353)	(8.178)	(5.098)
Custo com antecipação de recebíveis	(572)	(374)	(4.180)	(2.265)
Outras despesas financeiras	(529)	(259)	(1.240)	(1.428)
	(55.064)	(20.843)	(117.916)	(68.173)
	(47.615)	(19.399)	(108.109)	(62.589)

30. Gestão de riscos e instrumentos financeiros: Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos, contas a receber de clientes e demais contas a receber e depósitos à vista e à curto prazo que resultam diretamente de suas operações. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente os mesmos e, portanto, a Companhia está apresentando unicamente as informações consolidadas. A Administração acompanha cada um dos riscos resumidos abaixo: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos. As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade: Para a análise de sensibilidade de variações dos riscos analisados, a Administração adotou para o cenário provável as taxas de juros projetadas para 2022 e 2021. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 50% e 25% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável. As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **Risco de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. **Sensibilidade a taxas de juros:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
AAA	131.581	36.074	131.581	36.074
AA	12.828	6.426	12.828	6.426
A	-	1.935	-	1.935
BBB	-	-	-	-
BB	2.359	-	2.359	-
SEM Rating	752	1.144	752	1.144
	147.520	45.579	147.520	45.579

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequadas para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez significativo, considerando a sua capacidade de geração de caixa. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez. A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais instrumentos financeiros por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro não descontado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	89.522	89.522	89.522	-
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	66.269	66.269	17.630	18.226
Contas a receber (Nota 6)	14.882	14.882	14.882	-
Passivos:				
Fornecedores (Nota 15)	126.768	126.768	126.768	-
Risco sacado (Nota 16)	56.141	56.141	56.141	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	141.683	171.146	9.073	75.946
Debêntures (Nota 18)	190.532	272.069	-	19.665
Passivos de arrendamentos (Nota 14)	293.456	538.953	10.732	54.236

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

em atividade e irá manter-se em operação por um futuro previsível de ao menos 12 meses a partir da data do balanço. Essa premissa leva em consideração o pressuposto de que a administração não pretende liquidar a Companhia ou interromper as operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista além dessas. A nota explicativa 1.1 às demonstrações financeiras detalha como a administração da Companhia concluiu que há uma expectativa razoável quanto a sua continuidade operacional para suportar a preparação das demonstrações financeiras com o uso deste pressuposto. A Companhia possui capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 57.887 e patrimônio líquido negativo de R\$ 130.043 em 31 de dezembro de 2022, apurando prejuízos nos últimos anos e a avaliação da administração descrita nas referidas notas explicativas inclui medidas já implementadas e em andamento para manter a continuidade operacional. Os cálculos que sustentam as premissas de rentabilidade esperada e fluxo de caixa requerem que a administração faça julgamentos com certo grau de subjetividade, além de análise sobre todos os novos acordos firmados pela administração, principalmente aqueles com instituições financeiras. Dessa forma, devido ao grau de julgamento envolvido na elaboração de projeções de fluxos de caixa e na avaliação da adequação da utilização do pressuposto de continuidade pela administração da Companhia na preparação das demonstrações financeiras consideramos esse um assunto significativo para nossa auditoria. *Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a obtenção e análise da avaliação preparada pela administração da Companhia no dia dez respeito as projeções de fluxos de caixa preparadas pela Companhia para os próximos 12 meses a partir da data do balanço; (ii) o auxílio de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise das premissas utilizadas na determinação das projeções de fluxos de caixa, considerando resultados realizados, bem como a consistência das projeções efetuadas comparadas com o realizado para os últimos períodos; (iii) a avaliação dos acordos com instituições financeiras e negociações após a data do balanço e (iv) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia, incluída na nota explicativa 1.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseado nos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração da Companhia, consideramos aceitável o julgamento da administração da Companhia de que não existe incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das financeiras contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro,

Ativos, conforme o balanço patrimonial
Valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) **2** 11.351 11.351 48.554 48.554
Títulos e valores mobiliários (Nota 5) **2** 13.427 13.427 20.300 20.300
Custo amortizado
Contas a receber (Nota 6) **2** 1.684 1.684 12.092 12.092
Partes relacionadas (Nota 9) **2** 277.871 277.871 4.102 4.102
Passivos, conforme o balanço patrimonial
Custo amortizado
Fornecedores (Nota 15) **2** 67.083 67.083 109.270 109.270
Risco sacado (Nota 16) **2** 3.454 3.454 50.025 50.025
Empréstimos (Nota 17) **2** 155.032 171.561 248.739 268.901
Passivo de arrendamento (Nota 14) **2** 32.447 32.447 211.753 211.753
Partes relacionadas (Nota 9) **2** 20.370 20.370 - -
Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 30) **2** - - 614 614

32. Plano de pagamento baseado em ações: Em 13 de julho de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, que estabeleceu condições gerais de aquisição e de outorga pela Companhia, de opções de compra de ações a membros da administração, mediante pagamento de prêmio e preço de exercício. Em 15 de julho de 2021, o Conselho de administração aprovou a outorga das opções a determinados participantes. Com aprovação do Conselho, a Companhia foi autorizada a outorgar opções de compra de ações, as quais foram outorgadas aos participantes por meio de contrato de outorga celebrado em 01 de agosto de 2021, bem como pagamento do respectivo prêmio. Adicionalmente, em 6 de agosto de 2021 houve o desdobramento de ações da Companhia na proporção de 01 (uma) ação para 03 (três) ações. Dessa forma, conforme previsto no Plano, automaticamente as opções outorgadas também foram desdobradas. As opções outorgadas são divididas como descrito a seguir: *"Time Based Options"* (TBO) ou Exercício da Opção com base no Prazo do Vínculo Empregatício (40% do total) - provê o direito do beneficiário de comprar opções a um preço predeterminado com base no tempo de trabalho contínuo na Companhia. Essas opções estão sujeitas a um período aquisitivo dos direitos às opções e ao seu exercício. O beneficiário terá direito de exercer as opções, com base em um cronograma de *vesting* de 20% ao ano, por 5 (cinco) anos, desde que permaneça como empregado, diretor ou prestador de serviços da Companhia durante o referido período. Na ocorrência de um Evento de Liquidez em data anterior ao vencimento do prazo de exercício de 5 (cinco) anos, as opções poderão se tornar exercíveis antecipadamente em data anterior ao aniversário da outorga das opções, mediante autorização do Conselho de Administração. *"Performance Based Options"* (PBO) ou Exercício da Opção com base no Desempenho da Companhia (60% do total) - provê o direito do beneficiário de comprar ações na ocasião de um Evento de Liquidez (como por exemplo a alienação total ou parcial de participação acionária ou Abertura Qualificada de Capital pela Companhia) condicionado ao cumprimento de determinadas taxas mínimas de retorno sobre o capital investido pelos acionistas controladores. As informações do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

	Primeiro Plano		
	1º Programa	2º Programa	Total
Data de emissão	15/07/2021	15/07/2021	N/A
Data de <i>Vesting</i>	20% a cada aniversário	Evento de liquidez	N/A
Data da outorga	01/08/2021	01/08/2021	N/A
Preço de exercício (*)	4,80	4,80	N/A
Método de avaliação	Binomial	Binomial	N/A
<i>Strike Price</i> (estimado) (*)	5,83	5,83	N/A
Taxa de juros, isenta de riscos	5,06%	5,06%	N/A
Tempo contratual de exercício do lote	8 anos	Evento de liquidez	N/A
Volatilidade das opções de mercado	35%	35%	N/A
Quantidade de opções vestidas (*)	2.094.966	-	2.094.966
Quantidade de opções exercidas	-	-	-
Quantidade de opções a exercer (*)	2.847.258	4.270.890	7.118.148
Valor justo estimado (R\$/ação) (*)	0,023	-	N/A

(*) Valores consideram o efeito de desdobramento de ações ocorrido em 6 de agosto de 2021. A despesa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considerando as premissas usadas, é de R\$ 2 e foi registrada como despesa de opções de compra de ações (demonstrações do resultado) contra a reserva de pagamentos baseadas em ações (patrimônio líquido).

33. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2022 a cobertura de seguros do Grupo compreendia:

Descrição	Limite máximo de indenização	
	Valor contábil	Valor justo
Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, raio, explosão de qualquer natureza e implosão		25.000
Deterioração de mercadorias em ambiente frigorífico		700
Alagamento e/ou inundação		1.000
Lucros cessantes		22.500
Quebra de equipamentos		1.000
D&O (Responsabilidade Civil)		30.000
Cyber		10.000

DIRETORIA: Bernardo José de Ouro Preto Santos - Diretor Presidente

Victor do Nascimento Leal Junior - Diretor de Expansão

Contador: João Carlos Mendes - CRC 1SP269314/0-4

planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC SP-034519/0

Leonardo Lucas Heron Rebelo da Silva
Contador CRC-1PR-057007/0

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a Infraestrutura
da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>